

Dispensa de autópsias no especial contexto da pandemia por Covid-19

I - Tendo em conta o contexto de emergência em que vivemos face à alarmante propagação das infeções pelo coronavírus;

II - Tendo em conta a informação recebida, de que o Presidente do Conselho Diretivo do INMLCF, IP no âmbito do respetivo plano de contingência COVID-19 (ofício 104/SD 16/03/2020), solicitou à Procuradoria-Geral da República que, *face ao elevado risco biológico na propagação do coronavírus na realização de perícias médico-legais em examinandos vivos, em cadáveres ou em amostras biológicas, fosse ponderada pelos Magistrados quer a necessidade de adiamento perícias médico-legais não urgentes que se mostrem já marcadas, quer a necessidade de realização/marcação das perícias médico-legais não urgentes ou a dispensa das perícias que não sejam consideradas imprescindíveis*;

III - Tendo em conta que, de acordo com o art.º18ºnº1 do Regime Jurídico das Perícias Médico-Legais e Forenses, constante da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto, “a autópsia médico-legal tem lugar em situações de morte violenta”; mas também que, relativamente a “situações de morte (...) de causa ignorada” está legalmente prevista a dispensa da autópsia “se existirem informações clínicas suficientes que associadas aos demais elementos permitam concluir, com segurança, pela inexistência de suspeita de crime” ;

IV- Tendo em conta ainda que nos termos do n.º3 do artigo 18º “a autópsia médico-legal pode, ainda, ser dispensada nos casos em que a sua realização pressupõe o contacto com **fatores de risco particularmente significativo suscetíveis de comprometer de forma grave as condições de salubridade ou afetar a saúde pública**” (n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto);

V- Tendo em conta, por último, que, a determinação de autópsias em contexto que aponte que sejam consequência da infeção por Covid-19 poderá contribuir para o alarme social e para maior vitimização dos familiares face ao retardamento dos funerais, por um lado e, por outro lado, suscetível de incapacitar os peritos médicos para o serviço ou de contribuir para a disseminação do vírus junto de terceiros

E sem prejuízo de vir a surgir alguma orientação hierárquica superior, Determino:

- Os Senhores Magistrados, salvo em casos urgentes (arguido privado de liberdade), não devem efetuar insistências para remessa de relatórios de autópsia, nos próximos 3 meses;

- Os Senhores Magistrados, devem ponderar, caso a caso, nos processos/procedimentos de que são titulares, da efetiva necessidade da realização de perícias médico-legais, atentos os previsíveis adiamentos em caso de situações não urgentes, dispensando mesmo as já determinadas se as não considerarem absolutamente imprescindíveis;

- Os Senhores Magistrados **devem, por sistema, dispensar a autópsia** quanto aos casos suspeitos de falecimento por motivo de infeção por coronavírus ou complicações clínicas associadas;

- Os Senhores Magistrados perante o falecimento por causas indeterminadas de pessoas em relação às quais não haja fundadas suspeitas de terem sido vítimas de morte violenta, **devem privilegiar a decisão de dispensa de autópsia** com fundamento no

disposto no artigo 18.º, n.º 1, 2.ª parte da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto, devendo, ao menos, aguardar sempre o relatório do exame de hábito externo antes da decisão;
-Quando necessitem apoio em ordem a proferir decisão de dispensa de autópsia, em casos limite que suscitem maiores dúvidas, poderão proceder ao contacto informal com o Sr. Coordenador do INML em Portalegre, em ordem à adequada triagem dos casos, salvaguardando a necessária certeza jurídica

O presente despacho será por mim inserida no SIMP, no módulo de documentos hierárquicos e comunicado, via SIMP, ao Exmo. Senhor Procurador-Geral Regional de Évora e aos Exmos. Magistrados do Ministério Público da Comarca de Portalegre.

Comunique:

-VIA ELECTRÓNICA:

À Exma. Senhora Juiz Presidente da Comarca de Portalegre

À Exma. Senhora Administradora Judiciária

Aos Gabinetes médico-legais da comarca.

Portalegre, 17 de Março de 2020

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca de Portalegre

Maria Adelaide Santos